

Pesquisa FAPESP nº 2021/04556-0
ENTREVISTA COM A3
Cidade: Araraquara (São Paulo, Brasil)
Entrevistada: A3, 66 anos, formada em história e direito, deputada estadual
Entrevistador: Rodrigo Sartori Bogo
Local de realização da entrevista: Escritório da entrevistada

TRANSCRIÇÃO

Entrevistador

- Pela parte burocrática da pesquisa, eu preciso só que tu fales seu nome completo e confirme que aprova a gravação e enfim.

A3

- Meu nome é A3, sou deputada estadual por São Paulo, e não me oponho a gravação desse diálogo que eu vou ter com o nosso entrevistador.

Entrevistador

- Perfeito, A3, obrigado. Então, em termos introdutórios, a primeira coisa que eu preciso deixar claro é que te agradeço muito pela disponibilidade. Eu sei que tua agenda deve ser muito corrida e ter conseguido casar aí um horário para a gente conversar... Então eu agradeço em meu nome, em nome do Arthur, meu orientador e do nosso grupo de pesquisa. Sobre a minha pesquisa, o título dela é "Os impactos territoriais dos orçamentos participativos em cidades médias". Então eu tô interessado em ver como que os OPs modificam a cidade, transformam a cidade, em cidades de porte médio, né, como Araraquara. Tem os meus outros estudos de caso [que] são o Maringá e duas cidades estrangeiras. Então eu estou identificando essa... vendo como que se dá o programa nessas cidades. - **Sim.** - E também essa pesquisa faz parte de um projeto de pesquisa maior que a gente chama de 'fragmentação socioespacial e urbanização brasileira', que é coordenada pelo pessoal em Prudente, pela professora Maria Encarnação Esposito, mas que tem 8 universidades, a gente estuda 8 cidades médias, principalmente, né. Comparando como que a cidade mudou no Brasil, especialmente nas últimas duas décadas, que teve grandes mudanças e transformações na cidade brasileira. E eu vejo o OP como um desses vetores, um possível vetor de transformação na cidade.

A3

- É um instrumento de planejamento, com certeza.

Entrevistador

- Exatamente. Até por isso que muitas vezes o pessoal pergunta "ah, você é da geografia, tá estudando o OP?", eu já ouvi isso. Eu vejo como um instrumento de planejamento, também de gestão urbana, então tá totalmente... tem um vínculo espacial muito forte, essa é minha percepção enquanto pesquisador. - **Perfeito.** - Tá. Então, para a começar a entrevista, A3, eu gostaria que você falasse um pouco sobre a tua trajetória profissional no geral e como que você se envolveu o com o orçamento participativo.

A3

- Tá bom. Bom, eu sou de formação advogada, sou professora de história e advoguei muitos anos aqui na cidade de Araraquara, advoguei para o INSS, advoguei para o Hospital São Paulo, advoguei para Unimed... E num determinado momento da minha vida, como eu sempre gostei de política, eu acabei fazendo, em 2000, a parte jurídica, eu fui advogada da campanha do prefeito Edinho Silva, que ganhou a eleição naquele ano de 2000. E nós começamos a governar a cidade de Araraquara em 2001. E o que me encantou na proposta do então candidato a prefeito Edinho Silva, foi exatamente o programa de governo que trazia experiências inusitadas, novas, e que eu fiquei encantada com a possibilidade da população da cidade de Araraquara poder participar do planejamento. Porque a proposta era o orçamento participativo deliberativo, onde as pessoas teriam a parte de investimentos do orçamento municipal para que nós pudéssemos dialogar com o então prefeito e sua equipe de governo. Fiquei encantada com essa possibilidade, eu me lembro que eu li o programa de governo duas vezes, porque eu achei o máximo, falei "nossa, é muito legal". Eu advogada, né? E aí eu acabei me envolvendo na campanha, fiz a parte jurídica da campanha por uma questão conjuntural daquele momento, porque o advogado que cuidava da documentação da campanha era o vice-prefeito, candidato a vice-prefeito. E aí chegou num ponto que não dava mais para ele fazer as duas coisas, e aí ele me chamou e falou "A3, você é advogada, cuida pra mim?" "Cuido". Então eu passei a integrar a equipe da campanha como advogada, e comecei a me apropriar de algumas informações que eu achava muito legal no processo. A gente começou a campanha com 3% [de intenção de votos] e ganhamos a eleição, numa conjuntura em que nós tínhamos cinco candidatos, o Edinho era o quarto colocado, não era o último porque tinha um candidato muito simplesinho, uma pessoa que saiu para provavelmente eleger vereador da chapa dele, e aí nós fomos crescendo na pesquisa e acabamos ganhando a eleição. Quando nós ganhamos a eleição eu fui convidada pelo prefeito, naquele momento eu não entendi o porquê, porque eu era da área jurídica e não da área, vamos dizer assim, de participação popular, mas ele me convidou para coordenar o processo de participação popular, que era composto não só pelo orçamento participativo, mas a gente tinha no escopo de toda a participação popular, a gente tinha projetos de diálogo com orçamento participativo, conselhos municipais, a organização dos conselhos setoriais da saúde, da educação, do transporte público... a gente trabalhou também um programa que a gente chamava de 'prefeitura nos bairros', onde a gente ia para os bairros da cidade, para a gente conversar sobre a zeladoria da cidade, sobre questões próximas das pessoas que não tinham como vir, por exemplo, para a cidade para poder cuidar de uma questão da rua, da sarjeta, da limpeza pública, enfim. Então a gente fez um processo de participação popular muito amplo, e nós implementamos o orçamento participativo na cidade de Araraquara.

Entrevistador

- Perfeito. E naquele momento você foi diretora do OP, né? A coordenação.

A3

- Sim, eu fui a coordenadora, o cargo era a coordenadora de participação popular.

Entrevistador

- Perfeito. E por quanto tempo você ficou no cargo? - **Quatro anos.** - Quatro anos. Durante a gestão, a primeira gestão ali do...

A3

- Isso, no segundo mandato aí nós disputamos a eleição, ganhamos a eleição, no segundo ano eu fui para a secretaria de governo e a coordenadoria de participação popular estava sob meus cuidados também. Eu não coordenei diretamente, mas eu era a chefe de quem coordenava. - **Então você esteve envolvida...** - Então eu fiquei oito anos, praticamente oito anos direto com a participação popular sob os meus cuidados.

Entrevistador

- Certo. E quais que eram as suas principais funções nesse período?

A3

- Bom, o começo foi desafiador, né? Porque nós éramos uma equipe de cinco pessoas para organizar o orçamento participativo numa cidade que naquela época devia ter já uns 180 mil habitantes. Uma cidade historicamente sem nenhuma participação dos cidadãos, né? Nunca nós tivemos nenhum processo de participação popular. Pouquíssimas associações de moradores na cidade, que seria um instrumento de chegar mais próximo do governo dos bairros da cidade, mas eram muito poucas associações que tinham na cidade de Araraquara, nós fomos fazendo esse levantamento para tentar identificar onde é que nós já tínhamos grupos organizados de pessoas para que a gente pudesse começar a fazer o diálogo sobre a participação popular. Nós começamos no dia 2 de janeiro [de 2001] e no dia 31 de janeiro nós fizemos uma plenária para convidar toda a cidade, para iniciarmos então um diálogo com a cidade sobre o que era o orçamento participativo, né? Já que estava no programa de governo, mas as pessoas não tinham proximidade nenhuma com o tema. E aí foi muito legal, nós tivemos 700 pessoas participando da primeira plenária que nós fizemos, e aí a gente explicou como é que seria o processo, foi muito legal. Aí nós começamos a organizar, nós fizemos o nosso processo baseado no processo que acontecia em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul. Veio então uma pessoa que trabalhava na equipe de participação popular lá em Caxias do Sul para cá, nós fizemos uma semana de conversa com a equipe, com a nossa equipe, e a partir da experiência de Caxias do Sul nós montamos a nossa possibilidade dentro daquilo que a Araraquara podia absorver. Lá o processo era muito adiantado porque o Rio Grande do Sul foi um dos pioneiros na participação popular, no orçamento participativo, e a gente montou uma estrutura, fizemos análise do mapa da cidade, como é que nós íamos distribuir as regiões da cidade. Fizemos oito regiões, sete regiões urbanas e uma região rural, onde aqui nós temos em Araraquara três assentamentos, o assentamento Bela Vista do Chibarro, o assentamento Monte Alegre e o assentamento de Bueno de Andrada. Então nós fizemos... a região oito era a região rural e nós tínhamos então sete regiões urbanas da cidade, nós dividimos a cidade por regiões... vamos dizer assim, geograficamente distribuímos... territorialmente o que a região tinha de compatibilidade. Então nós identificamos onde tinha escola,

onde tinha saúde, onde tinha... aqui então na Vila Xavier nós vamos ter uma região, no Selmi Dei a gente vai ter outra região, que é na região norte; nós temos uma região que é uma região, que é a região do Carmo, Quintandinha, Santana, que é uma região que tem pessoas muito idosas, são características diferentes. Então a gente analisou algumas questões além da territorialidade, os equipamentos públicos que a gente tinha e também tentamos dividir por temas, por temas. Idosos, onde a gente tinha mais juventude, onde a gente tinha uma cidade muito precária, tinha uma região da cidade que era muito pobre, então a gente separou esse...

Entrevistador

- Qual região mais pobre?

A3

- A região do Hortências, naquela época era o... os bairros eram Yolanda Opsi [?], Jardim... Era a região 6 que a gente chamava, que era o Hortências, é uma região bem pobre da cidade. - **É no norte?** - Não, lá não é norte, lá deve ser o que? Sudoeste [Sudeste]. Então a gente fez essa divisão, 7 regiões urbanas, a região 1 era a região do Vale do Sol e Maria Luisa, a região 2 era mais a região central, Santa Angelina, que é uma região mais rica, onde nós estamos, essa aqui é a região 2 naquele tempo, agora mudou as regiões porque a cidade cresceu. A região 3 era a região do... do Selmi Dei, Adalberto Roxo, que tinha muitas dificuldades também, muita... boa parte da cidade nessa região não tinha asfalto, né? Poucos equipamentos de saúde, poucos equipamentos de educação. A região 4 era a Vila Xavier, que também tinha alguns nichos de pobreza, como o Parque São Paulo. A região 5 era... já era uma região melhor um pouco, que era a região do Melhado, a região do... Jardim Martinês, não lembro o nome de todos os bairros, mas era uma região melhor, com mais idosos também. A região 6 era a região do Secape e Iguatemi, que era uma região também de casas populares. A região 7 era Santana, Carmo, São José, que é uma região de pessoas que foi onde começou a cidade, então muita gente idosa, casas mais antigas, os problemas eram diferentes, e a região 8 era a região rural. Então nós dividimos não só pela questão da territorialidade, até porque a territorialidade, ela indica muitas vezes situações que são típicas daquele grupo que mora naquele território. - **Sim.** - Então a gente fez uma divisão bem interessante da cidade naquele momento, e aí nós começamos com plenárias regionais, nós fazíamos logo no começo do ano, começávamos em março, fevereiro, março, a fazer plenárias regionais em todas as regiões. Aí nós dividimos por sub-regiões também, era a região 1 que tinha duas sub-divisões, então tinha a região do Vale do Sol, Vale do Sol e Residencial Lupo, tinha a região do Maria Luísa, então a região 1 tinha duas sub-regiões. A região 2 tinha duas sub-divisões, a região 3 tinha três sub-divisões, a região 4 tinha quatro sub-divisões, porque é quase a metade da cidade, porque a Vila Xavier é muito grande. Então tinha a região do Parque São Paulo, tinha a região aqui da parte baixa, que é uma região de gente mais idosa, enfim, nós fomos dividindo em sub-regiões.

Entrevistador

- Desculpa, o processo de divisão das sub-regiões seguiu o mesmo das regiões, foi debatido entre o equipe de governo, equipe da participação popular...?

A3

- Também, também. Por exemplo, a região do Parque São Paulo, na região 4, era uma região muito pobre, sem asfalto, onde se concentrava assim, um dos nichos de pobreza da cidade.

Entrevistador

- Vocês foram seguindo esses critérios de, talvez, uma homogeneização espacial entre...

A3

- Sim, sim. É porque na verdade, as regiões em que tem mais dificuldade, vamos dizer assim, que são as regiões mais sensíveis, mais vulneráveis, elas se colocam sempre no fim do território... - **Na franja!** - Na franja do território, exatamente, a palavra é essa. Então, quando você olha o Hortênsias, era o último bairro. O Parque São Paulo era o último bairro. O Águas do Paiol, que era um bairro muito pobre, na região 1, que eu tentei lembrar [e] não estava conseguindo, agora lembrei, o Águas do Paiol era um bairro muito pobre, muito pobre, e todos eles sempre nas franjas. Então, quando a gente dividia as sub-regiões, a gente meio que separava essas situações, porque a gente sabia que ali a demanda era maior. Então, que a gente ia ter que fazer um trabalho de base muito maior, por conta das vulnerabilidades daquela população.

Entrevistador

- Certo. Uma coisa que tu falou me chamou a atenção, que a ausência de associações de moradores que tinha aqui, a ausência de participação que tinha antes do governo. Porque, por exemplo, o caso de Porto Alegre, que é o 'fundador' do OP como a gente conhece, a demanda surge da sociedade civil. - **Sim. Das mães sem creche.** - Exato. É uma sociedade civil muito forte, né? Porto Alegre, com a UAMPA, que é a União dos Moradores lá, super tradicional, e aí eles levam a falta do OP para o governo popular. E aqui parece que foi um processo um pouco inverso, né? Parece que vocês, enquanto equipe de governo, foram tentar fomentar.

A3

- Fomos em busca de organizar, exatamente. Fomos em busca de organizar a sociedade civil, porque a sociedade civil em Araraquara não tinha cultura de organização para lutar, até porque, não obstante a gente tivesse muita pobreza, muita falta de equipamentos públicos, falta de infraestrutura nos bairros, a gente tinha muito isso. As pessoas não tinham a cultura da organização para buscar os seus direitos. Então nós fomos, nós fazíamos um processo educativo. Nosso orçamento participativo, ele teve um processo de educação para a cidadania, com certeza. E aí a gente foi criando essa cultura na cidade para que as pessoas pudessem então vir para o orçamento participativo, entendendo o que era o orçamento participativo. No primeiro ano, as pessoas vinham muito para falar do buraco na rua, as pessoas não

conseguiram muito entender que elas tinham, ali então naquele espaço do governo, elas tinham o direito de dizer "olha, aqui falta asfalto, aqui falta saúde, aqui falta uma creche". Então a nossa tarefa naquele momento era de dizer para as pessoas "olha, vocês têm direitos e nós queremos que vocês batam na porta da prefeitura, do governo municipal, para dizer o que é que de fato é mais urgente, nós vamos estabelecer prioridades. A gente não consegue fazer tudo de uma vez só, né? Mas a gente vai numa escala fazendo o que é mais importante, o que é mais urgente". E assim foi. As pessoas começaram a entender e a gente mudou a cidade. A cidade de Araraquara, com certeza, que existia em 2000, 2001, e a cidade de Araraquara que existe hoje, são cidades completamente diferentes. Porque a gente criou essa cultura, a gente incentivou as pessoas a participarem das plenárias do orçamento participativo, e quando a pessoa decidia, o grupo, e sempre... a demanda que, por exemplo, nós escolhíamos três demandas, a demanda das três que tivesse mais, a gente escolhia? Não, eles escolhiam, nós não tínhamos direito a voto, nós só orientávamos. O governo não tinha direito a voto. O governo explicava o processo, explicava o orçamento, explicava quanto que ia ter de recursos para investimento, e as pessoas escolhiam, "aqui no bairro, no nosso bairro, a prioridade número um é asfalto. Porque as pessoas ficam doentes na época em que não tem chuva, porque é muita poeira, os carros passam e levantam poeira, a gente sabe que isso impacta no pulmão, as crianças têm problemas respiratórios, então nós queremos primeiro asfalto". "Ah, mas não tem saúde, não tem creche, não tem escola, não tem posto de saúde, não tem equipe de saúde da família, tudo bem, mas vocês têm que escolher dessas quatro prioridades que vocês estão dizendo que são prioridades, a que é mais urgente", "a mais urgente é saúde". Então organiza todo mundo, o que tiver mais voto... aí a gente ia, a população votava, e o que tivesse saído em primeiro lugar, a gente garantia. A segunda demanda, a gente dizia o seguinte "olha, na hora que o COP, que é o Conselho do Orçamento Participativo, se reunir, se sobrar recurso, a gente pode voltar a conversar sobre a segunda prioridade, mas é uma prioridade por região". Então, por exemplo, a região da Vila Xavier, que tinha quatro subregiões, na plenária regional reunia as quatro subregiões com as três demandas de cada subregião, então na verdade eram 12 demandas para escolher uma. Então a gente foi no primeiro ano, uma em cada região, no segundo ano, uma em cada região, e a gente foi corrigindo os problemas históricos da cidade. Bairros que a mais de 50 anos... Araraquara tem 200 anos, bairro que a mais de 50 anos viviam sem asfalto, nós asfaltamos. Eu não tenho dúvida nenhuma de que hoje Araraquara, ela deve ter 98% do seu território asfaltado, porque o Orçamento Participativo ano a ano foi fazendo esse asfalto. Hoje, Araraquara sem sombra de dúvida é uma das cidades que mais tem equipamento de saúde, tem os programas de saúde da família, tem as UBS, nós temos três UPAs em Araraquara, tudo discutido no Orçamento Participativo. Aí o que aconteceu no segundo ano? Isso foi o primeiro ano, agora no segundo ano nós entendemos que tinham algumas demandas que eram importantes, porque a gente já estava organizando os conselhos municipais. Então a gente já tinha o Conselho da Igualdade Racial, nós já tínhamos o Conselho do Meio Ambiente, nós já tínhamos o Conselho da Cidade, nós já tínhamos o Conselho dos Idosos, tudo isso que nós começamos a organizar no primeiro ano. Então nós falamos assim, "olha, uma demanda, por exemplo, da cultura jamais vai sair numa plenária onde a cidade tem uma demanda muito grande por asfalto, por saúde". Então, mas a gente avalia que é importante sair demanda da educação, sair demanda da cultura, sair demanda para a juventude, sair demanda para os

idosos, sair demanda para a questão racial, então nós vamos fazer plenárias temáticas também. Então nós tínhamos as oito regiões no segundo ano e nós implementamos seis plenárias temáticas. Idosos, mulheres, pessoas com deficiência, racial, juventude e uma plenária da cidade, para discutir questões que envolviam toda a população da cidade. Então nós vamos fazer uma plenária da cidade. Por exemplo, a cidade precisa de um pronto-socorro novo, então isso vai ser discutido na plenária da cidade, mas não somos nós que vamos dizer, o secretário até pode ir lá e dizer, o secretário de saúde, "olha, nós entendemos que precisamos de um pronto socorro novo, mas vocês vão decidir. Se vocês tiverem outra demanda, uma perimetral, que atende todo mundo, ou um pronto socorro, vocês vão escolher o que vocês entenderem que, né?". E aí uma coisa muito interessante, porque quando a gente começou a pensar o orçamento participativo, uma das preocupações que a gente teve e que a gente sofreu muita pressão foi por parte dos vereadores, porque os vereadores achavam que o que nós queríamos fazer era preparar pessoas para que disputassem com os vereadores as questões que os vereadores traziam para o governo. E não era nada disso, era um outro instrumento de planejamento do orçamento do município, da cidade, né?

Entrevistador

- Sim, isso é da literatura científica... - **É histórico!** - É, identificou isso em muitos casos no Brasil, desse conflito entre os vereadores e o poder executivo via OP.

A3

- A gente tentou minimizar esse impacto, mas nos primeiros anos o impacto era bastante grande. A gente sofria, ao invés dos vereadores se apropriarem do processo, os vereadores faziam pressão contra o processo. Mas a gente tinha convicção do que a gente estava fazendo e continuamos fazendo, incentivando os grêmios nas escolas, incentivando... nós fizemos em cada unidade de saúde do município, a gente tinha um conselho gestor de saúde, onde as pessoas que eram atendidas naquela unidade de saúde, eles iam para conversar com a equipe gestora daquela unidade sobre os problemas que eles traziam da população. Aí isso refletia na organização dos grupos para ir para o orçamento participativo, por exemplo, disputar uma unidade nova, disputar mais uma equipe de saúde da família. Então, tudo que dizia a respeito a investimentos na cidade de Araraquara, naqueles oito primeiros anos do governo, foram discutidos com a comunidade. A gente tem uma experiência da região 1, da Sub Maria Luísa, onde a secretária de educação dizia... a população levantou a questão de que precisava de uma nova escola no bairro, escola de ensino fundamental, e a secretária de saúde dizia "não tem demanda para isso, eu vou tentar convencer vocês de que não tem demanda para isso, olha, os números são esses, esses e esses!" a população dizia "não, nós precisamos de uma nova escola no bairro." Eles votaram a escola, e a escola foi construída, e em pouco tempo foi identificado que a população tinha razão. A escola era extremamente necessária, ela já foi inclusive ampliada, porque a cidade cresceu para aquele lado, existia no plano diretor a perspectiva de que ela crescesse naquela região.

Entrevistador

- E os dados estavam desatualizados, imagino, talvez para a secretária.

A3

- Sim, sim. Então assim, hoje eu não tenho dúvida nenhuma de dizer para você que o orçamento participativo é um instrumento de planejamento, é um instrumento de gestão compartilhada com a população, né? E onde a coisa é levada a sério, como foi em Araraquara, nos 8 primeiros anos do governo do Edinho... aí a gente teve um período de interrupção, em que se fez o orçamento participativo, mas se fez muito mal-feito, que foi no governo do Barbieri.

Entrevistador

- É, eu até não... assim, do ponto de vista do pessoal que pesquisa o OP, foi feito o censo do orçamento participativo nessas épocas, eles nem consideravam [como OP].

A3

- E aí quando o Edinho volta em 2017, a gente volta novamente com o orçamento participativo, a gente parou por dois anos por conta da pandemia, agora voltou novamente o orçamento participativo. Hoje, inclusive, tem uma conferência... - **Eu vou, uhum.** - Que vai ser avaliado o processo de orçamento participativo, porque como é o último ano de governo, e a gente tinha muitas demandas, muitas demandas reprimidas por conta da pandemia, e o Edinho está dando ordem de serviço, assim, de monte, as obras serão concluídas, não sei se conclui até dezembro, mas se não concluir até dezembro, nós se Deus quiser que já vamos fazer a sucessão e vamos continuar com o orçamento participativo aqui... nós estamos, nossa candidata está indo muito bem. E eu acho, e aí você que está pesquisando isso, eu acho que o prefeito que não consegue entender a importância de um processo de participação popular feito de forma séria, ele tem muitas dificuldades para poder se reeleger até, sabe? Porque esse processo, quando ele é feito de forma responsável, séria, respeitando a população, ela faz com que a população compreenda que aquele instrumento de cidadania é um instrumento que faz com que dê credibilidade ao governo. Então, em 2016, quando nós voltamos a disputar a Araraquara, depois de oito anos, o Edinho passava por um processo muito ruim, ele tinha sido coordenador da campanha da Dilma [Rousseff, ex-presidenta da República], e ele passava por um processo muito ruim, que a gente já começava com a [operação] Lava-Jato, né? Em 2016 o Lula foi preso, toda aquela confusão, que a gente sabe que aquilo foi armado, tiraram a Dilma, enfim. E a gente avalia que naquele momento Araraquara acabou se tornando um oásis no meio do deserto, e que isso se deu por conta da credibilidade que as pessoas tinham num governo do PT, num governo do Edinho, num governo onde a gente tinha diálogo. Tinha muito problema, não vou dizer para você que não tinha problema não, era muito problema, porque para as pessoas compreenderem naquele momento, naquele começo de orçamento participativo, que elas tinham dez demandas e que só uma seria escolhida, não era fácil. "Ah, mas nós não precisamos só do asfalto, não precisamos do asfalto, da saúde, da educação, da creche, da escola", tá bom, mas a gente vai fazer um por vez. É um processo de priorização de orçamento. E aí a gente foi construindo isso, a gente fazia... a gente chamava de... era o curso de formação para a cidadania. Então a

gente acabava o processo de escolha das demandas no dia 30 de setembro, a gente entregava peça orçamentária na Câmara Municipal com todas as demandas, região por região, e também das plenárias temáticas, e aí a gente começava a partir de outubro o curso de formação. Então a gente arrumava um espaço... no começo eu lembro que a gente fazia no plenário da Ordem dos Advogados [do Brasil], a gente fazia um mês inteiro de formação. Então ia lá o secretário de saúde para explicar o que era o SUS, como que o SUS se organizava, como é que era importante a participação do Conselho de Saúde, o que que deliberava no Conselho de Saúde, o que que significava o Sistema Único de Saúde, o que que a Constituição estabelecia, quais eram os direitos da população... aí no outro dia ia a Secretária de Educação explicar a educação, ia a Secretária de Assistência Social explicar o que era o Bolsa Família, quais eram os programas que estavam inseridos... aí o secretário da Fazenda explicava o orçamento, o que é despesa, o que é receita, o que é investimento. A gente fazia um processo muito legal de formação também das pessoas, né? Eu acho que uma coisa não pode existir sem outra, e é uma das críticas que eu faço a esse segundo orçamento participativo, que tem hoje, eles até fazem alguns cursos de vez em quando com os conselheiros do COP. Mas a gente fazia com todos, a gente chamava, a gente escolhia delegados nas plenárias, cada 10 participantes da plenária a gente escolhia um delegado, aí juntava todos aqueles delegados e na plenária regional, de cada 10 delegados escolhia um conselheiro que ia compor o COP, que era o Conselho do Orçamento Participativo. E aí era o COP que a partir das demandas pegava o valor, por exemplo, tinha R\$ 20 milhões de investimento, "ah, mas não dá pra fazer tudo, tá bom, então vamos estabelecer...", eu me lembro de uma experiência muito interessante que a gente teve, que foi assim, uma coisa que marcou o nosso processo, que foi, como eu te disse, a gente tinha regiões que eram melhores na questão de equipamento, população já tinha mais estrutura, a cidade já estava bem organizada. Então eu me lembro que, no primeiro ano, a gente fazia as caravanas da cidadania, a gente punha todo mundo num ônibus, rodava todas as regiões com todos os conselheiros, para que eles vissem qual era a demanda, "a demanda aqui desse lugar fazer uma unidade de saúde, ah, aqui é uma praça". Então saiu na região 7, naquele ano, uma praça. Lá já tinha escola, lá já tinha creche, lá já tinha postos de saúde, mas eles queriam uma praça, e aí quando a gente levou os conselheiros de todas as regiões, e os conselheiros da região 7 estavam juntos, que eles viram o Hortênsias, eles disseram "não, nós vamos abrir mão do nosso recurso esse ano para que vocês façam mais bem feitorias para o Jardim das Hortênsias, porque lá a demanda é grave, então nós retiramos a nossa demanda, deixamos para o ano que vem pra fazer a praça, e esse ano então a nossa cota parte de recurso vai pra gente fazer onde mais precisa". Então foi assim, um negócio muito legal, porque eles compreenderam, e eles jamais teriam essa disponibilidade se eles não tivessem participado da caravana da cidadania. Onde eles iam pra todos os lugares, conhecer o bairro, a gente ficava um dia inteiro, um sábado ou um domingo, o dia inteiro rodando com esse pessoal, a gente levava lanche, levava refrigerante, todo mundo parava para comer junto, e aí eles rodavam e eles entendiam o porquê que era prioridade fazer, por exemplo, no Jardim das Hortênsias. Foi muito legal o processo.

Entrevistador

- Isso também a gente identifica... o caso de BH [Belo Horizonte] fez muito isso, própria Porto Alegre também, Canoas, no Rio Grande Sul, e parece que a caravana tem uma função muito forte no Conselho.

A3

- Muito! É uma função educativa e de solidariedade, as pessoas quando elas compreendem a dificuldade de quem tá do lado delas, elas acabam muitas vezes se solidarizando com aquele processo.

Entrevistador

- Perfeito. E você falou em relação ao novo processo, tem algumas diferenças significativas no desenho?

A3

- Olha, continua sendo deliberativo, continua sendo... - **Distribuído territorialmente...** - Fizeram uns instrumentos de consulta pela internet, porque hoje a vida é muito nas redes sociais, mas o que eu criticaria, e eu critico às vezes, porque eu não estou mais no processo, agora eu sou deputada, etc. Mas o que eu critico é que eu acho que eles deveriam continuar fazendo os cursos de formação com efetividade, como nós fazíamos no começo. - **Entendi.** - Acho que seria um salto de qualidade no orçamento participativo atual se a gente continuasse fazendo a formação.

Entrevistador

- E você falou sobre os investimentos também, que fazia essa distribuição regional, cada região tinha uma obra, um programa que recebia, e sabe me dizer mais ou menos os valores que saíam anualmente?

A3

- Era o COP que decidia. Por exemplo, suponhamos que a gente tivesse... nós tínhamos R\$ 20 milhões, nós tínhamos uma obra de 4 [milhões] aqui e uma obra de 600 [mil] aqui, o COP deliberava "olha, essa obra que foi demandada aqui custa 600 [mil], essa custa 4 [milhões], porque é uma obra muito maior." O COP vai decidir como fazer, é o que o COP decidir. "Não, é importante fazer a obra de 4 [milhões], a nossa demanda é melhor, a gente vai discutir com os delegados", aí a gente voltava a fazer reuniões com os delegados, não era uma deliberação, assim... sempre tinha um retorno de quem estava lá na base. Fazia-se reuniões, chamava todo mundo, conversava, e uma coisa muito legal, a gente criou comissões também de acompanhamento do processo licitatório. Então, [por exemplo] a obra ia ser uma escola, então os conselheiros que quisessem participar do dia em que aquela obra ia ser licitada para entender o processo licitatório, eles eram convidados. Aí tinha a comissão de acompanhamento de obras, então o secretário de obras, o dia que ele fosse visitar a obra ele avisava a equipe do orçamento participativo e a gente deliberava quem é que ia acompanhar, os conselheiros que quisessem visitar a obra, então eles iam na obra, eles acompanhavam a obra. E várias comissões, a gente foi criando dentro das necessidades, programas. Tinha uma comissão que também acompanhava programas, por quê? Porque saiu um programa dentro da plenária da juventude, saiu um programa educacional para a juventude,

por exemplo. Então se tivesse um grupo de pessoas que quisessem ajudar, pensar o programa, organizar o programa, a gente participava todo mundo. Então era muito legal, muito legal.

Entrevistador

- E, você já pincelou isso um pouco, mas essa pergunta é importante para mim, quem mais que se beneficiava dos investimentos do OP?

A3

- Com certeza a população periférica. - **É?** - Com certeza. A cidade como um todo também. Por exemplo, o pronto-socorro da cidade, que na época era o maior pronto-socorro, um pronto socorro muito bem organizado, ele foi discutido no orçamento participativo. Nós tivemos um programa habitacional construído por mutirão, que é uma dificuldade fazer casa por mutirão, não é uma tarefa simples. Naquela época não tinha Minha Casa, Minha Vida. CDHU era muito caro para o povo pobre. Então nós discutimos, eu me lembro que o menino que coordenava a coordenadoria de habitação, hoje ele tá na Caixa Econômica Federal em Brasília. Mas naquela época ele trabalhava com a gente aqui. Ele foi para a plenária do OP da cidade, disputou, dizendo "olha gente, nós vamos fazer casa em Araraquara e nós não temos dinheiro para fazer casa da forma como seria o ideal, mas nós podemos fazer. A prefeitura dá o terreno, a prefeitura dá o material e vocês constroem. Então o sistema de mutirão pode ser uma possibilidade". A plenária escolheu e nós fizemos, construímos muitas casas aqui em Araraquara por sistema de mutirão.

Entrevistador

- Interessante, porque eu perguntei sobre isso, e aparentemente desde 2017 a questão da habitação não tem aparecido no OP.

A3

- Apareceu. Na plenária da cidade.

Entrevistador

- Ah, na plenária da cidade.

A3

- Na plenária da cidade.

Entrevistador

- Mas nesse processo mais recente também, no processo mais recente?

A3

- Não! Foi lá atrás. - **É, então, isso eu quero dizer.** - Lá no começo.

Entrevistador

- Conversando com o pessoal que trabalha no OP agora, a habitação não aparece.

A3

- Não. Não, porque... não aparece talvez porque o pessoal que tá na habitação não dispute isso. Porque você precisa ir ao OP... - **Ainda tem déficit aqui?** - E dizer para as pessoas "olha, no nosso cadastro habitacional, nós temos, por exemplo, 10 mil pessoas inscritas". Tem muita gente. Apesar da gente ter feito muito "Minha Casa, Minha Vida", a gente tem muita gente aqui em Araraquara que precisa de unidade habitacional. Então, o que acontece? Talvez a equipe não esteja... A nossa equipe era muito qualificada. A primeira equipe do Orçamento Participativo era muito qualificada. Era uma equipe... eu tinha uma economista, eu tinha uma advogada, eu era advogada, eu tinha um técnico, o Ricardinho era técnico do trabalho. Eu tinha a Eloisa que era professora, eu tinha a Rosângela que era cientista social. Essa era a equipe inicial. Então, era uma equipe muito diferenciada, muito diferenciada. - **Certo.** - Sabe? Eram pessoas que tinham compromisso social, bem formadas do ponto de vista da política, e eram pessoas formadas tecnicamente. Então, hoje não tem isso. Naquela época a gente tinha uma equipe muito, muito qualificada. E aí quando a gente começou a agregar outras pessoas no desenrolar do tempo, também vieram pessoas muito qualificadas. Então, assim, naquele momento era uma equipe que pensava muito. A gente fazia reunião semanalmente para a gente discutir os próximos passos, e a cada plenária que a gente fazia, a gente fazia uma reunião de avaliação. Os pontos positivos, os pontos negativos, o que precisa melhorar. A gente discutia até a organização física do espaço. "As cadeiras não ficaram legais, a gente acha que aquela pessoa fez uma intervenção que não foi legal, a gente precisa corrigir esse problema, precisa saber dar resposta". Então, a gente tinha uma equipe muito qualificada. Hoje, eu sinto... vou ser muito franca, e eu falo isso para o prefeito, hoje eu sinto que existe uma disputa muito grande dentro do orçamento participativo. E lá no começo, quando nós começamos, ninguém da equipe tinha intenção de ser candidato a vereador, de ser representante de vereador, nada disso existia. Era uma equipe formada, preparada para ser equipe do orçamento participativo. E todo mundo fazia tudo igual. Eu era coordenadora, mas ia para a rua fazer panfletagem, eu ia junto. Ia para uma plenária, eu ia junto. Ia fazer um debate numa faculdade, a gente ia junto, porque todo mundo era muito qualificado. Então, a gente dividia muito as questões. "Ah, eu não posso ir hoje porque é aniversário da minha mãe." "Tá bom, então você vai no meu lugar e me representa." Então, eu não tinha nenhuma dificuldade de determinar que alguém me representasse, por exemplo, num debate universitário, porque todo mundo era qualificado. Hoje já não é assim, a gente percebe que a equipe é mais simples, são pessoas menos preparadas. Eu não tenho muito contato com a equipe. O menino que é Secretário de Participação Popular e Direitos Humanos, o A5... - **Vou entrevistar ele hoje.** - Ele é muito qualificado, mas ele não é da participação popular, ele é da segurança alimentar. Então, ele foi meio que colocado ali para tampar um buraco, porque não tinha outra pessoa que assumisse a participação popular naquele momento. E aí ele acabou ficando. Ele faz direitinho, faz bem feito, mas eu acho que falta... mas também nunca me perguntaram nada, porque se tivesse me perguntado, eu teria... Eu tive algum probleminha

com a administração, né? De desentendimento com algumas questões que agora, nessa segunda etapa, vamos dizer assim, eu discordava. E uma das coisas que eu discordo é algumas coisas em relação ao orçamento participativo. Eu tenho algumas críticas.

Entrevistador

- Se quiser fazer, mais abertamente... - **Eu já falei até, uma das questões é a questão da formação.** - Além da formação, mas tem mais alguma coisa?

A3

- Acho que a formação não pode ser feita da forma como... ela não é feita. Outra questão que eu acho que também poderia ser melhor formalizada, na minha opinião, é a questão da equipe. Eu acho que teria que ter uma equipe um pouco mais qualificada. Acho que você colocar pessoas que representam mandatos de vereadores, na minha opinião, não é legal. Não é legal, né? Que mais? E eu acho que essa disputa acaba sendo até natural, porque eu represento o vereador A, você representa o vereador B, você representa o vereador C, eu tenho intenção de ser vereadora, e aí subir um espaço de disputa. Isso não é legal. Acho que isso não deveria acontecer, na minha opinião. Acho que um pouco é isso.

Entrevistador

- Tranquilo, A3. Teve uma coisa que você falou que me chamou a atenção, que é essa resposta que você deu acerca de quem se beneficia, a população periférica. E tem essa ideia que surge no OP, que é a ideia de inversão de prioridades, que é você tirar as prioridades do centro para a periferia, tanto no sentido político quanto material. E você via isso ocorrendo no OP então?

A3

- Sim. Essa inversão de prioridades, ela acontecia todo ano. Por quê? Porque, por exemplo, a equipe de governo, a gente fazia reunião toda semana, a equipe de governo. A equipe de governo às vezes ela entendia que a prioridade era fazer, sei lá, uma perimetral, fazer uma ponte não sei onde. Mas isso talvez beneficiasse um pequeno grupo de pessoas, ao passo que se você fizesse asfalto num determinado bairro carente, no Hortênsias não tinha uma rua asfaltada quando nós começamos. Eu lembro que a gente andava lá no primeiro ano para convidar as pessoas, a gente entrava dentro de buracos, porque a água da chuva levava a terra, e aquilo virava uma... como é que eu vou dizer para você, uma buraqueira a céu aberto. Então a gente não conseguia andar na rua como você anda, mesmo que seja de terra, você tem tudo alinhadinho na terra. Não, lá não, era buraco. As pessoas para chegar nas suas casas, muitas vezes ela não conseguia entrar de moto, ela não conseguia entrar de bicicleta, porque tinha a buraqueira da água da chuva que ia carregando tudo. Então essa era uma prioridade, então a gente fez inversão de prioridades. O orçamento participativo foi o tempo todo, ele é até hoje, inversão de prioridades, na minha opinião. - **Certo.** - E é uma forma, um instrumento de planejamento onde a população decide e a população diz efetivamente onde é que o calo está apertando, onde é que precisa fazer uma obra. Até hoje.

Entrevistador

- Até hoje. E você comentou que tinha essas demandas nesse primeiro processo, 2001 a 2008, uma demanda muito grande por pavimentação, por saúde, talvez alguma demanda de educação, quem sabe. E esses projetos, essas demandas, elas foram mudando com o tempo?

A3

- Deixa eu ver... no segundo governo. Porque no primeiro governo era muito isso, né? Era algumas coisas para idosos, algumas coisas para mulheres, questão racial... - **Nas temáticas?** - Nas temáticas saía, mas assim, no geral, nas regionais, era asfalto, saúde, educação e de vez em quando saía uma praça, um equipamento para as crianças brincarem. Mas 90% era prioridade educação, saúde e asfalto. - **Certo.** - No segundo governo, eu acho que a maior parte também foi por aí, eu acho.

Entrevistador

- É? Tinha uma carência bem grande então.

A3

- É reforma da creche, é reforma da escola, porque muitos anos se passaram, né? Então aquela unidade foi construída em 2001, em 2024 ela já está com problema. Ela precisa [de] telhado, precisa trocar o telhado, precisa reformar, caiu o azulejo, então assim, essas reformas elas têm se materializado mais na reforma do que na construção. Mas sempre demanda de saúde, educação... asfalto já não tem mais, porque a cidade ela praticamente zerou [a demanda], como eu já te disse antes. - **Sim.** - Nós fizemos... eu lembro que a gente tinha o Selmi Dei, o Selmi Dei são seis Selmi Deis, três tinham asfalto, três não tinham. 1, 2, 3 tinham asfalto, o 4, 5, 6 não tinha. E era uma luta, uma briga danada para conseguir.

Entrevistador

- O Selmi Dei é conjunto habitacional? - **Como?** - O Selmi Dei é um conjunto habitacional? - **É.** - Ah, tá. - **É um conjunto habitacional que fica na zona norte.** - Certo. E enfim, eu queria voltar de novo para a parte da regionalização, porque isso é bem relevante para mim, né? Enfim, como eu estudo a parte da, principalmente, dos impactos territoriais de processo. Então você acha que esse desenho em regiões ele tem uma influência grande em como se deu o OP aqui?

A3

- Eu creio que sim. - **É? Essa distribuição?** - Porque a gente conseguiu fazer uma leitura da cidade toda, né? A gente conseguiu. E uma das coisas que a gente considerava para fazer a divisão desse bairro com esse bairro, eram as ruas, as ruas não as internas, as ruas que faziam a circulação de um bairro com o outro. Por exemplo, eu vou te explicar [pega papel]. Vamos lá. Vamos fazer de conta que isso aqui era Araraquara. Então aqui tem um bairro. Para sair desse bairro e vir para um outro bairro, tem uma rua principal. - **Sim.** - Então aqui tem um bairro, aqui tem outro bairro, aqui tem outro bairro, aqui tem outro

bairro, aqui tem outro bairro, mas tem um espaço que circula entre os bairros. Então, a gente levava em consideração também esse espaço. Quando a gente precisava, por exemplo, aqui era um bairro pobre, aqui era um bairro mais rico, a gente fazia com que isso aqui [rua principal] fosse a linha divisória daqui para cá, daqui para cá. Porque a gente tinha certeza de que a demanda territorial aqui [bairro de baixa renda] era uma e a demanda territorial aqui [bairro de alta renda] era outra. Então a gente sabia, pela leitura do território da cidade, a gente sabia que essas sete regiões, elas tinham proximidade de demandas. A região 1 era uma região que era o Vale do Sol e era o Maria Luisa, que tinham... E aqui tem outros bairros, aqui é só Maria Luisa, Maria Luisa 1 e 2. Aqui tinham demandas que eram muito similares, que era asfalto, que era falta de escola, que era falta de saúde. Mas, por exemplo, quando a gente vinha para a região central, a região 2, a gente sabia que aqui a demanda não era saúde, aqui a demanda não era escola, aqui as pessoas tinham e têm até hoje plano de saúde, as pessoas usam escola particular. Então, assim, a gente fez meio que uma divisão também separando essas questões para que as demandas fossem muito características da região.

Entrevistador

- E isso influenciou os resultados, então?

A3

- E o resultado foi muito positivo na minha avaliação. O que eu acho que no segundo governo, de 2017 para cá, quando eles fizeram a... parece que hoje são 12 regiões. - **12, isso.** - É, quando eles fizeram essa divisão das regiões, eu já não sei se atenderam a esses critérios que nós fizemos no primeiro processo. Eu não tenho condição técnica de avaliar isso, mas eu não sei se isso foi levado em consideração. Eu fui contra isso aqui. - **As 12 [regiões]?** - Eu fui contra. Eu achei que a gente precisava conversar mais sobre isso aqui. Apesar de eu entender que a cidade cresceu e que a gente precisava pensar numa outra alternativa. Vou te dar um exemplo. Eles colocaram... eles separaram os três assentamentos. - **Sim.** - No começo. E eu falei "isso aqui não vai dar certo". Por quê? Porque eles colocaram a Chácara Flora, que tem uma população grande, que tem demandas específicas, que tem demandas que são de uma classe... Quem mora na Chácara Flora é quem tem dinheiro. É a pessoa que tem uma casa na cidade e também tem uma casa de lazer. E aí, o que que a gente... eu falei isso várias vezes com o Edinho. Aí teve um dia que teve uma reunião em Bueno de Andrada, no distrito, e foi um pau. Eu falei para ele, "falei pra você que não ia dar certo isso. Não deu." Aí eles revogaram aquela decisão. Porque, lógico, a Chácara Flora tinha carro, tinha dinheiro e o povo do assentamento... Então aí, como é que ficou? Ficou o assentamento Monte Alegre e o assentamento de Bueno junto com a Chácara Flora. Isso aqui virou uma região. Que eu não sei o número, porque eu não tava mais no OP. E aí eu disse "isso aqui vai dar zebra". Porque o povo da Chácara Flora tem muito mais condições de se organizar, de levar gente. E não deu outra. No primeiro ano eles foram, eles levaram a demanda, no segundo ano eles levaram a demanda, no terceiro ano eles levaram a demanda. Aí o povo do assentamento começou a gritar. "Nós não queremos mais!", com razão. Então essa distribuição territorial, já que você tá fazendo a sua dissertação de doutorado em cima da questão da territorialidade, ela tem que ser examinada

também. Ela tem que ser pensada com muito critério. Porque senão acontece o que aconteceu aqui, entendeu? Um grupo, ele sobrepõe a outro grupo e nunca o grupo menor, o grupo mais frágil vai conseguir aprovar uma demanda na plenária do orçamento participativo. Porque o grupo maior, com dinheiro, com carro, com estrutura, podendo, por exemplo, eles passavam o carro de som avisando que ia ter a plenária do OP na Chácara Flora. "Olha gente, hoje às 19 horas, em tal lugar, vai ter a plenária do orçamento participativo, nós queremos todo mundo da Chácara Flora, porque nós vamos discutir o asfalto da Chácara Flora". E aí o pessoal do assentamento precisava da reforma da unidade de saúde, que era um caos, não conseguia. Porque eles levavam 80 pessoas, a Chácara Flora levava 200. Então essa questão na territorialidade, ela tem que ser muito bem pensada, para você não criar nichos de riqueza e pobreza onde a riqueza sempre vai ter... O pessoal da Chácara Flora se apropriou do processo. Eles entenderam que era lá que eles iam conseguir o que eles precisavam na Chácara Flora. E aí eles iam em massa, era até bonito de ver, porque eles se organizavam, eles iam em massa, poderosos, e aí eles disputavam. Eles levavam um projeto, meio ambiente, então tinha lá um arquiteto, tinha lá um engenheiro, tinha lá alguém do grupo da Chácara Flora que fazia um projeto arquitetônico bonito, mostrava. E aí eles levavam a demanda. Então esse cuidado também, quem vai montar o orçamento participativo tem que ter. Nós tivemos nos 8 primeiros anos, quando mudou o sistema, eu acho que isso aqui foi... E no dia que saiu a briga na reunião, eu falei para o prefeito, "eu te avisei que isso ia acontecer, eu falei para você que não estava certo". "Não, nós vamos mudar, nós vamos mudar." E mudou.

Entrevistador

- Certo, interessante, interessante mesmo esse relato. E então eu ia te perguntar, em relação a como teve esse gap no meio, por causa do governo do MDB, aqui foram duas gestões consecutivas também. Como que essa instabilidade... meio que tu já falou isso, essa instabilidade acabou gerando também mudanças, uma mudança na equipe, uma mudança no processo. Isso é também um pouco sintoma do OP no Brasil, porque ele não é institucionalizado. Existem países no mundo que já institucionalizaram o OP. - **Sim.** - Nasceu aqui, mas tem outros países que já, transformaram em lei... O Peru é um caso interessante aqui do lado, "aqui do lado". Mas isso evidencia a vontade política, tem várias coisas que você comentou já que evidenciam a questão da vontade política. E eu queria te perguntar o papel do Edinho nisso. Qual que é o papel do Edinho nessa...

A3

- É fundamental. A vontade política é o que determina como vai ser o orçamento participativo. Você pode chegar para o prefeito, como eu já fiz, em várias oportunidades, né? O prefeito está disputando a prefeitura, o candidato ao prefeito está disputando. Aí eu chego e falo assim ó "se você entender a importância do orçamento participativo para um futuro governo, se você ganhar a eleição, é fundamental. Eu venho aqui, eu te ajudo a organizar, te ajudo a pensar." Raramente a coisa flui. Porque assim não tem compromisso político, entendeu? É difícil mesmo. Não é fácil fazer participação popular. Não é fácil. Porque você junta pessoas muitas vezes para te criticar. Principalmente quando você começa um processo, as pessoas não conseguem entender o que é e elas querem que você conserte o buraco da

rua da frente da casa dela. A pessoa quer que você limpe o terreno do lado da casa dela. É aquilo que aflige a vida dela. Aquilo é o problema dela. Está pouco se lixando se a Dona Maria não tem escola para o filho, se não tem vaga no posto de saúde, tem muito isso também. Então, aos poucos você precisa mudar a consciência das pessoas. E o processo é para isso também, esse é o verdadeiro orçamento participativo. Orçamento participativo que muda a cabeça das pessoas. Que faz com que as pessoas se solidarizem, que ela entenda que o problema da vizinha dela é dela também, então é muito isso. E eu acho que o Edinho tem um papel fundamental, porque ele sustentou o processo nos 8 primeiros anos e nos 8 anos agora. Então ele diz sempre isso, que o orçamento participativo é espinha dorsal do governo. E tem que ser. - **Certo.** - E aí tem que ser por vontade política.

Entrevistador

- Claro. E durante esse período que você estava na coordenação envolvida com o orçamento participativo, ele era conectado com outros... Você comentou em relação com os conselhos e com a Prefeitura nos Bairros, né? Então ele tinha essa conexão com outros processos de planejamento e gestão?

A3

- Sim, sim. A participação popular era o centro do governo. A secretária da Educação, ela era, entre aspas, meio que "obrigada", mesmo que ela não gostasse de fazer os conselhos nas escolas. Ter reuniões sempre, uma vez por mês pelo menos, com o pessoal da escola. Ali tinha aluno, ali tinha o corpo docente, o corpo discente, os alunos. Era importante e tinha o que fazer. E a gente acompanhava. Nos 8 primeiros anos eu designava alguém da minha equipe que ia na reunião. Era uma confusão, uma correria de gente para lá, de gente pra cá. Mas a gente fazia. "Ah, vai ter reunião hoje no bairro X, lá no Selmi Dei. Quem vai? Quem pode ir? Ah, eu vou." Então vai lá, acompanha, faz ata, a gente fazia ata. Em todas as plenárias a gente fazia ata, o que foi discutido, o que não foi discutido.

Entrevistador

- Legal. E tem uma pergunta que eu acho importante. A entrevista vai direcionando para isso. Você acha que o orçamento participativo, no geral, ele tem como objetivo a justiça territorial? Uma justiça dos territórios, uma justiça na cidade?

A3

- Não sei se justiça eleitoral.

Entrevistador

- Não, não eleitoral. Territorial!

A3

- Ah, territorial. - **Isso.** - Ah, sim, com certeza. Com certeza. Eu não tenho dúvida disso. Eu acho que quando você faz uma inversão de prioridades, quando você dá a possibilidade da população decidir, e você começa a criar uma cultura de solidariedade para as pessoas compreenderem... porque é muito fácil você criticar a política e o político. "Ah, o Edinho fez essa bosta aqui, não deu certo, bababá, bababá." Mas se você puder compreender todo o processo, se você puder compreender o que que é de fato administrar uma cidade, e não é uma tarefa simples, é uma tarefa muito difícil, porque você lida com forças de todas as naturezas, de todas as matizes ali pressionando. Não é fácil ser prefeito. Você tem o Ministério Público, você tem o Judiciário, você tem o Tribunal de Contas, você tem a população, você tem os vereadores, você tem... Você tem que aprovar o projeto na Câmara, para aprovar o projeto na Câmara você tem que ter maioria na Câmara, senão você não aprova. Porque o projeto é bom para a cidade, mas o vereador está "de ovo virado" com você, ele não aprova o projeto. Então assim, é muito difícil ser prefeito. E aí, quando você estabelece esse sistema de inversão de prioridades, que é o orçamento participativo, com certeza você faz justiça social, você faz justiça com aquele povo que mais precisa de política pública, não tenho dúvida disso.

Entrevistador

- E isso foi atingido na Araraquara?

A3

- Ah, sim. O objetivo foi atingido. Aos trancos e barrancos muitas vezes, porque não é fácil fazer participação popular, mas eu acho que atingiu. Hoje a Araraquara é outra.

Entrevistador

- Então dá para dizer que, na sua opinião, que houve uma modificação das relações de poder aqui?

A3

- Eu creio que sim. Eu creio que sim. Eu acho que poderia ter sido melhor. Eu acho que se a gente tivesse feito mais educação para a cidadania, na minha opinião teria sido melhor. Se eu coordenasse ainda o processo de participação popular, com certeza ele teria tido um viés muito educativo para a cidadania. Porque eu acho que falta. Essa é uma grande crítica que eu faço.

Entrevistador

- Perfeito. Só tem duas questões que estão fora do roteiro que eu vou querer te perguntar, tá? Daí a gente pode fechar a entrevista, não sei se estou tomando muito tempo seu. - **Não, tranquilo.** - Primeiro, você comentou sobre a questão das atas e de todos os registros que vocês faziam. E eu estou com... Isso não percebo só em Araraquara. Eu percebo isso na minha pesquisa como um todo, porque eu também estou avaliando o OP a nível Brasil, e cidades médias a nível Brasil. Tem alguns casos que eu estou indo mais fundo, como Araraquara, mas em geral, que é esse problema da memória institucional. O OP é feito, às vezes tem experiências incríveis. [Presidente] Prudente é um caso, que teve uma experiência bem

interessante em 2000. Também foi no mesmo período. Não, foi até antes, se não me engano, entre 1996 e 2000. Se perdeu tudo. Hoje só quem trabalhou no OP tem alguma coisa em casa e tal. E a equipe hoje [de Araraquara] não tem os dados de 2001 a 2008. Então, não sei se você tem, onde isso ficou. Qual é a tua opinião sobre isso?

A3

- Eu tinha muita coisa. Um rapaz me procurou alguns anos atrás, uns 10 anos atrás, fazendo a mesma coisa que você está fazendo hoje. Ele me pediu, se eu emprestava, que ele me devolveria. Eu estou esperando até hoje, não devolveu. - **Sabe o nome dele?** - Não lembro, não lembro.

Entrevistador

- Talvez o Edinho tenha alguma coisa? Será? Ou alguém da equipe?

A3

- Olha, naquela época, a gente tinha muito pouco computador, muito pouca informática na prefeitura. Até hoje, acho que a prefeitura de Araraquara ainda carece de melhorar o sistema de tecnologia da informação. A gente não tinha muita coisa. Então, era meio que... a gente fazia, imprimia as atas e guardava. E essas atas que eu guardei, foi o que eu entreguei para o menino, que na época queria fazer, precisava das informações, eu entreguei para ele. E ele não me devolveu. Então, eu não sei se a prefeitura tem alguma coisa. Eu acho que muito da minha memória mesmo.

Entrevistador

- Certo. Essa é uma problemática que é também a questão da institucionalização. Se o OP fosse institucionalizado, teria que ser obrigatório.

A3

- Eu saí da prefeitura em 2008. E de lá para cá eu não tive mais contato com nada que diga a respeito a parte de gestão da prefeitura. Eu fui vereadora, eu fui candidata a prefeita, não fui eleita. Aí eu fui, disputei para deputada estadual e estou no meu terceiro mandato.

Entrevistador

- Terceiro mandato. E como que essa experiência influenciou o teu trabalho como deputada?

A3

- Muito legal, porque a gente faz um mandato muito participativo. A gente discute emendas com a base, a gente montou na época que a gente começou, a gente montou conselhos setorializados nas regiões do estado. O fato é que o meu mandato é tão participativo, tão popular, que eu tive voto na última eleição, em 619 cidades de 645. A gente faz um mandato muito popular, muito participativo, muito de base e eu aprendi isso fazendo orçamento participativo.

Entrevistador

- Justo. Última questão. Você comentou em relação a várias oposições que tinham ao OP, seja o judiciário, o Tribunal de Contas, seja a Câmara de Vereadores, e qual é o papel que você vê dos agentes privados? Por exemplo, as forças conservadoras ou detentores de capital, incorporadores imobiliários? Qual que era o papel que essas pessoas tinham?

A3

- Na verdade, a dificuldade que nós tínhamos era com a Câmara municipal. Tribunal de Contas a gente não teve problema. A gente tinha um pouquinho de dificuldade com alguns secretários que tiveram alguma dificuldade para entender o que era o processo, que eles tinham que submeter, o que eles queriam para... Imagina um secretário de obras querendo fazer uma obra de um jeito e ele ter que ir lá falar com o povo, que não vai ser daquele jeito, que o povo decidiu que vai ser de outro jeito. Imagina a secretária de educação dizendo para a população do Maria Luísa que não tinha viabilidade de fazer uma escola. E a população votou a escola e o prefeito fez a escola e provaram para a secretária de educação que era necessário. Mas até a secretária, naquele processo todo, assimilar isso, não foi uma tarefa simples. O Tribunal de Contas a gente nunca teve problema, mas com os vereadores tinha. Eles disputavam cada palavra nossa nas plenárias do orçamento participativo, achando que a gente ia roubar os votos deles. Besteira. Agora, da iniciativa privada, do privado em si, a gente teve sim algumas dificuldades com o pessoal que fazia especulação imobiliária. Eles tinham dificuldade para entender o que a gente estava fazendo. Os setores mais ricos da cidade diziam que o orçamento participativa era balela, que aquilo lá era a forma do Edinho ter voto, dele que estava na cidade fazendo de conta que ele fazia as coisas. Mas o tempo provou que não é nada disso. Hoje, Araraquara é outra Araraquara. A cidade não tem favela, a cidade não tem bolsões... tem bairros pobres, óbvio, mas não tem mais aquele bolsão de miséria, Araraquara não tem. É uma cidade muito bem estruturada, que tem muita educação, de qualidade. As creches nossas são de qualidade, as escolas nossas são de qualidade, a saúde nossa é de qualidade, não obstante a gente tenha muita dificuldade, porque não consegue atender todo mundo, e não é "privilégio" de Araraquara. É "privilégio", entre aspas, de todas as cidades. O SUS é um sistema maravilhoso, mas ele ainda precisa avançar mais. É isso.

Entrevistador

- Ótimo. Então, assim, Marcia, quer...

A3

- Se eu fosse prefeita, eu faria o orçamento participativo do jeitinho que nós fizemos nos 8 primeiros anos do governo do Edinho. Eu faria.

Entrevistador

- Perfeito. Tem mais uma coisa que você quer acrescentar, algum comentário, algo que acha que faltou na entrevista?

A3

- Não, eu só quero que quando você terminar essa tua tese, quando você escrever isso, que você me mande uma cópia.

Entrevistador

- Não, com certeza.

A3

- Para eu poder ver o que você aferiu aí nas suas pesquisas e nas suas conversas por aí afora.

Entrevistador

- Com certeza, não, isso sim. Já estou em processo de... - **De escrever.** - É, que eu já escrevi, eu já qualifiquei, então já tem mais de 200 páginas escritas aí, mas é mais a parte teórica, metodológica e tal, a parte de análise dos resultados vem depois.

A3

- Mas é difícil convencer prefeito ao fazer orçamento participativo.

Entrevistador

- É, hoje parece que agora está voltando a crescer, eu estou participando... eu estou no grupo de pesquisa que a gente está fazendo o censo do OP. E parece que teve um aumento em relação a 2020 e 2016. - **Legal, boa notícia.** - Não muito grande, mas tem um aumento. Tem outros municípios fazendo o OP desse modelo mesmo, com delegado, com divisão regional, tem... Inclusive São Paulo hoje é o estado que mais tem. Tem Caraguatatuba fazendo um processo interessante, Santos fazendo um processo interessante, tem outros OPs rolando aqui. Mas muito..., mas também o OP foi... uma parte dele foi cooptado pelo, digamos, por uma direita mais conservador. Faz só um formuláriozinho online, chama de orçamento participativo à audiência da LDO. Então, isso acontece, né? Eu identifiquei mais de... a gente identificou mais de 60, 70 casos assim. Tá lá, "orçamento participativo da cidade", lá no site, tu abres, é só um formuláriozinho. Presidente Prudente é assim, por exemplo.

A3

- É, eu tô, eu tô à disposição se eventualmente alguém quiser fazer o verdadeiro orçamento participativo para poder conversar, não tem problema nenhum.

Entrevistador

- Ah, claro, tem bastante gente, assim, acho que disposta tem, né? O problema é conseguir sentar na cadeira e fazer, porque tem muita oposição. Mas assim, A3, com certeza quando eu terminar eu vou mandar para todos os meus entrevistados. - **Tá bom.** - O trabalho, o que sair depois também, né? Artigo científico, outros capítulos de livros, coisas assim. Eu faço questão de divulgar. - **Tá bom.** - E eu agradeço em nome da UNESP, da Faculdade de Ciência e Tecnologia de Presidente Prudente. Eu quero reiterar o caráter científico da nossa conversa. Você vai estar como anônima na pesquisa, eu não sei se teria problema, não acho que devia ter nenhum problema se estivesse identificada.

A3

- Nenhum problema. Nenhum problema.

Entrevistador

- Mas é que por padrão metodológico não se referencia a pessoa, né? - **Não tem problema.** - E é isso, eu vou estar sempre à disposição? Eu e o Arthur.

A3

- Eu também, estou as ordens. Eu não conheço o Arthur, quem sabe quando eu for a Presidente Prudente não tenho oportunidade de conhecer ele.

Entrevistador

- Sim, se você quiser fazer uma fala lá na UNESP a gente pode organizar alguma coisa.

A3

- Podemos pensar nisso. - **Tá bom.** - Combinado.

Fim da transcrição